

ANEXO V

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2019
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
CNPJ:	74.047.341.0001/59
Endereço:	Avenida Bela Vista km 14 – Calheiros – Gov. Celso Ramos
Telefone:	48 3047-8647
E-mail:	samaegcr@samaegcr.com.br
Sítio Eletrônico:	www.samaegcr.com.br

b) Rol dos Responsáveis:

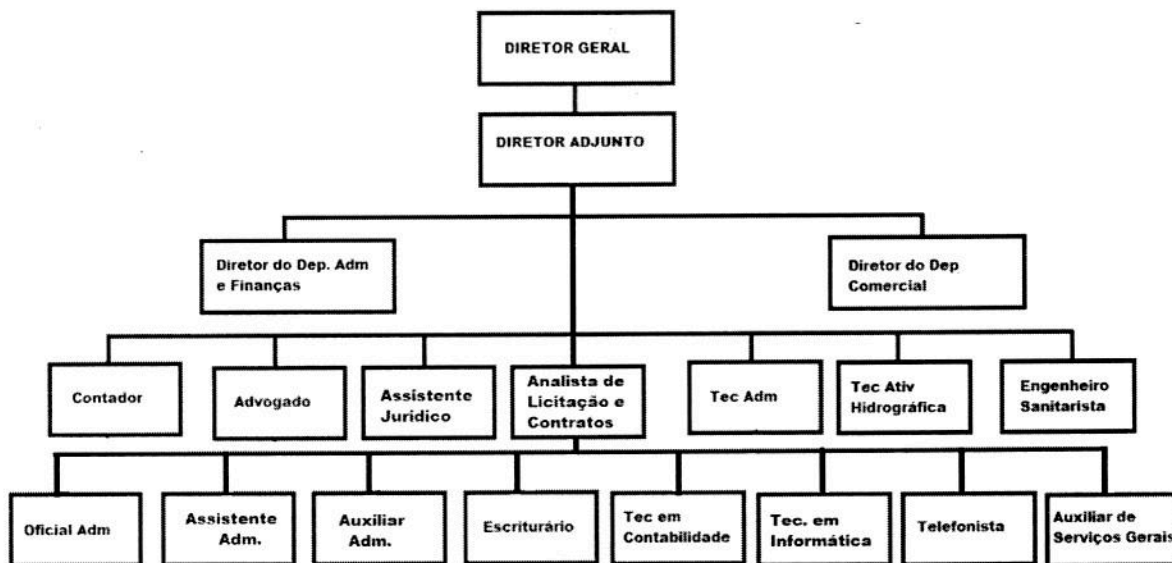
Responsável	Gestor/Diretor Geral
Nome:	Danilo Valdenir Martins
CPF:	072.463.039-28
Cargo/Função:	Diretor Geral
Período de Gestão:	01/01/2019 a 31/12/2019
Ato de Nomeação e Data:	Portaria 708/2018 de 08/11/2018
Ato de Exoneração e Data:	Em exercício
Endereço Residencial:	Rua Arlindo Martins, 159 – Fazenda da Armação – Governador Celso Ramos – CEP: 88.190-000
e-mail:	samaegcr@samaegcr.com.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

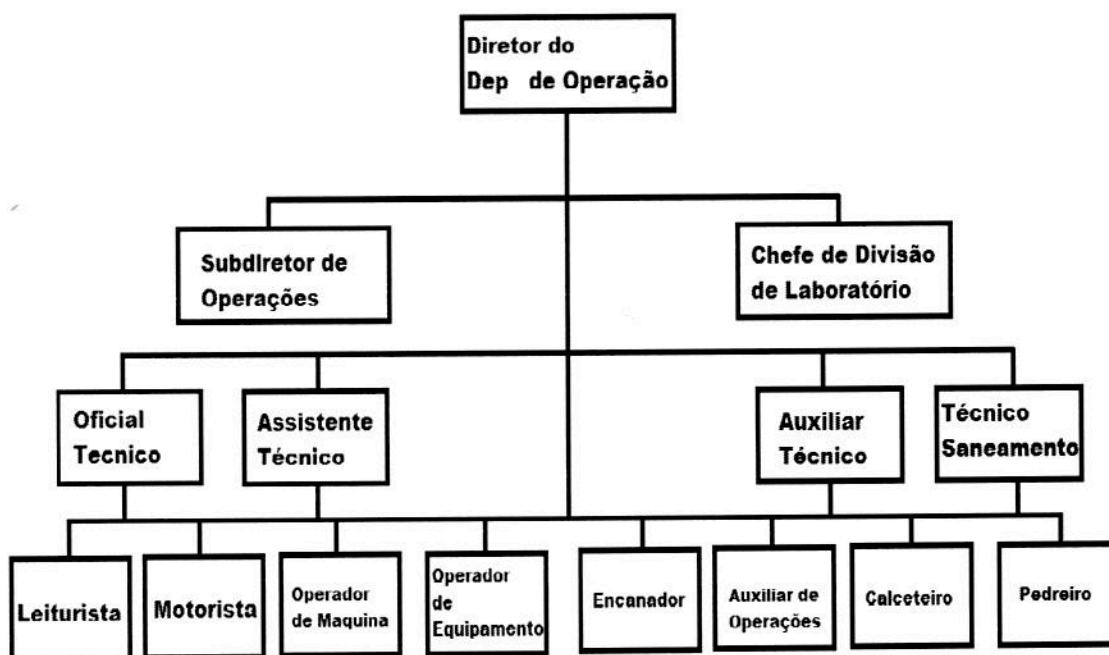




ORGANOGRAMA DO SAMAE - CARGOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA



ORGANOGRAMA DO SAMAE CARGO NATUREZA TECNICA



SAMAE – CARGOS NATUREZA ADMISTRATIVA

DESCRIÇÃO DE CARGOS - VAGAS E LEI DA CRIAÇÃO DO CARGO

ITEN	CARGO	VAGA	VAGA OCUPADA	VAGA LIVRE	Efetivo	Contrato	Comissionado	LEI Criou Cargo
1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2	1	1	1			LEI 347/1995 - LEI 04/2003
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	1	0	1			LEI 347/1995
3	LEITURISTA	7	6	1	6			LEI 347/1995 - LEI 304/2003
4	ESCRITURÁRIO	4	2	2	2			LEI 347/1995 - LEI 304/2003
5	TECNICO EM CONTABILIDADE	1	0	1	0			LEI 347/1995
6	OFICIAL ADMINISTRATIVO	2	2	0	2			LEI 347/1995 LEI 304/2003
7	ENGENHEIRO SANITARISTA	1	1	0	1			LEI 304/2003
8	CONTADOR	1	1	0	1			LEI 304/2003
9	TECNICO ADMINISTRATIVO	1	0	1				LEI 304/2003
10	TELEFONISTA	2	2	0	2			LEI 304/2003
11	TECNICO EM SANEAMENTO	2	1	1	1			LEI 1033/2015
12	ADVOGADO	1	1	0	1			LEI 1091/2016
13	DIRETOR	1	1	0			1	Lei 1162/2017
14	DIRETOR GERAL ADJUNTO	1	1	0			1	Lei 1162/2017
15	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	1	1	0			1	Lei 1162/2017
16	Analista de Licitação e Contratos	2	1	1	1			Lei 1273/2018
17	Técnico em Informática	2	0	2				Lei 1273/2018
18	Assistente Juridico	2	0	2				Lei 1273/2018
19	Assistente Administrativo	2	1	1	1			Lei 1273/2018
	TOTAL	36	23	13	20		3	

RESUMO

Funcionários Efetivos: 20
 Funcionários Comissionados: 3
 Funcionários Contratados: 0
 Total de Funcionários SAMAE: 23




SAMAE – CARGOS DE NATUREZA TECNICA

DESCRIÇÃO DE CARGO - VAGAS E LEI DA CRIAÇÃO DO CARGO

ITEN	CARGO	VAGA	VAGA OCUPADA	VAGA LIVRE	Efetivo	Contrato	Comissionado	LEI Criou Cargo
1	AUXILIAR DE OPERAÇÕES	9	6	3	6			LEI 347/1995 - LEI 304/2003 LEI 1033/2015
2	ENCANADOR	9	9	0	9			LEI 347/1995 - LEI 304/2003
3	MOTORISTA	4	3	1	3			LEI 347/1995 - LEI 1033/2015 LEI 347/1995
4	AUXILIAR TECNICO	1	0	1				LEI 347/1995
5	ASSISTENTE TECNICO	1	0	1				LEI 347/1995
6	OFICIAL TECNICO	1	1	0	1			LEI 052/2001
7	OPERADOR DE MAQUINA	1	0	1				LEI 304/2003
8	TECNICO EM ATIVIDADES HIDROGRAFICA	1	0	1				LEI 304/2003
9	CALCETEIRO	1	1	0	1			LEI 304/2003
10	PEDREIRO	1	1	0	1			LEI 841/2013
11	OPERADOR DE EQUIPAMENTO	4	1	3	1			
12	DIRETOR COMERCIAL	1	1	0			1	Lei 1162/2017
13	DIRETOR DE OPERAÇÃO	1	1	0			1	Lei 1162/2017
14	SUB DIRETOR DE OPERAÇÃO	8	8	0			8	Lei 1162/2017
15	CHEFE DE LABORATÓRIO	1	1	0			1	Lei 1162/2017
	TOTAL	44	33	11	22	0	11	

RESUMO

Funcionários Efetivos: 22
 Funcionários Comissionados: 11
 Funcionários Contratados: 0
 Total de Funcionários SAMAE: 33



SAMAE – CARGOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E TÉCNICA – DESCRIÇÃO DE CARGOS - VAGAS E LEI DA CRIAÇÃO DO CARGO

ITEN	CARGO	VAGA	VAGA OCUPADA	VAGA LIVRE	Efetivo	Contrato	Comissionado	LEI Criou Cargo
01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2	1	1	1			LEI 347/1995 - LEI 304/2003
02	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	1		1			LEI 347/1995 -
03	LEITURISTA	7	6	1	6			LEI 347/1995 - LEI 304/2003
04	ESCRITURÁRIO	4	2	2	2			LEI 347/1995 - LEI 304/2003
05	TECNICO EM CONTABILIDADE	1		1				LEI 347/1995
06	OFICIAL ADMINISTRATIVO	2	2		2			LEI 347/1995 - LEI 304/2003
07	AUXILIAR DE OPERAÇÕES	9	6	3	6			LEI 347/1995 - LEI 304/2003 - LEI 1033/2015
08	ENCANADOR	9	7		7			LEI 347/1995 - LEI 304/2003
09	MOTORISTA	4	3	1	3			LEI 347/1995 - LEI 1033/2015
10	AUXILIAR TECNICO	1		1				LEI 347/1995
11	ASSISTENTE TECNICO	1		1				LEI 347/1995
12	OFICIAL TECNICO	1	1		1			LEI 347/1995
13	OPERADOR DE MAQUINA	1		1				LEI 052/2001
14	ENGENHEIRO SANITARISTA	1	1		1			LEI 304/2003
15	CONTADOR	1	1		1			LEI 304/2003
16	TECNICO EM ATIVIDADES HIDROGRAFICA	1		1				LEI 304/2003
17	TECNICO ADMINISTRATIVO	1		1				LEI 304/2003
18	CALCETEIRO	1	1		1			LEI 304/2003
19	PEDREIRO	1	1		1			LEI 304/2003
20	TELEFONISTA	2	2		2			LEI 304/2003
21	OPERADOR DE EQUIPAMENTO	4	1	3	1			LEI 841/2013
22	TECNICO EM SANEAMENTO	2	1	1	1			LEI 1033/2015
23	ADVOGADO	1	1		1			LEI 1091/2016
24	DIRETOR	1	1				1	Lei 1162/2017
25	DIRETOR GERAL ADJUNTO	1	1				1	Lei 1162/2017
26	DIRETOR COMERCIAL	1	1				1	Lei 1162/2017
27	DIRETOR DE OPERAÇÃO	1	1				1	Lei 1162/2017
28	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	1	1				1	Lei 1162/2017
29	SUB DIRETOR DE OPERAÇÃO	8	8				8	Lei 1162/2017
30	CHEFE DE LABORATÓRIO	1	1				1	Lei 1162/2017
31	Analista de Licitação e Contratos	2	1	1	1			Lei 1273/2018
32	Técnico em Informática	2	0	2				Lei 1273/2018
33	Assistente Jurídico	2	0	2				Lei 1273/2018
34	Assistente Administrativo	2	1	1	1			Lei 1273/2018
	TOTAL	80	54	24	40	0	14	Lei 1273/2018

RESUMO
 Funcionários Efetivos: 40
 Funcionários Comissionados: 14
 Funcionários Contratados: 0
 Total de Funcionários SAMAE: 54





d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

- Lei de Criação do Município nº 929 de 06 de novembro de 1963.
- Lei Orgânica do Município de 05 de abril de 1990.
- Lei de Criação do Samae nº 369 de 05 de setembro de 1991.
- Decreto nº 003 de 06 de Janeiro de 1995 aprova o Regulamento do Samae.
- Lei nº 304 de 28 de maio de 2003 – Cria Cargos para o Quadro de Pessoal Permanente do Samae e dá outras providências.
- Lei nº 841 de 05 de agosto de 2013 – Cria cargo que menciona e dá outras providências.
- Lei nº 1033 de 17 de junho de 2015 – Cria cargo e aumenta o número de vagas no plano de cargos e vencimento do Samae
- Lei nº 1091 de 18 de abril de 2016 – Cria o cargo de advogado do Samae e dá outras providências.
- Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017 - Cria cargos, departamento, secretaria executiva de controle interno e extingue a secretaria na nova estrutura organizacional do município de Governador Celso Ramos e altera o art. 35, inciso I da lei 1087/2016 e altera a lei complementar nº 1085 e lei complementar nº 1159/2016 e lei complementar 1016/2015, acrescenta parágrafo único ao art. 84 da lei nº 566/2007 e dá outras providências.
- Lei nº 1273 de 07 de agosto de 2018 - Cria os cargos que menciona na estrutura do Samae e dá outras providências

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

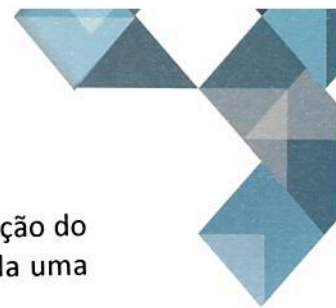
a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2 - Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Programas e ações		Previsão		Execução		Diferenças			
Cód	Função, subfunção, Programa/ação	Física	Financeira	Física	Financeira	Física		Financeira	
						Nominal	%	Nominal	%
0.004	Contribuição ao Pasep		44.000,00		44.000,00	0		0	100
1.009	Ampliação e Melhoria da Rede e Dist. Água	1 KM	149.000,00	0	0,00	0		-149.000,00	-100
1.010	Ampliação e Melhoria da de Esgoto Sanit.	1 KM	410.000,00	0	91.500,00	0		-318.500,00	22,32
2.034	Administração do Samae	7.500	1.615.000,00	138	2.052.405,18	-7362		+437.405,18	127,08
		LIGAÇÕES	20.000,00		17.199,60			-2.800,40	85,99
2.035	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	750.000 M3	2.680.000,00	750.000	3.250.771,19	0		+570.771,19	121,29
9.902	Reserva de Contingência da UG	0	31.000,00	0	0,00	0		-31.000,00	-100

Obs: As ações destinadas a Ampliação e Melhoria da Rede e Distribuição de Água e Ampliação e Melhoria da Rede de Esgoto com a aquisição de permanente não foram utilizadas quase que em sua totalidade (apenas 22,32% da Ampliação e Melhoria da





Rede de Esgoto Sanitário foi utilizado), pois foram remanejadas para a Administração do Samae e para a Captação, Tratamento e Distribuição de Água, onde foi observada uma maior necessidade na execução dos serviços a serem prestados.

3-Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências
-	-	-	Nada a Declarar

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Despesa reconhecida sem orçamento	Valores	Motivos do reconhecimento
Nada a Declarar	Nada a Declarar	Nada a Declarar

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Empenhos de restos a pagar inscritos a partir do segundo ano pretérito ao da prestação de contas	Fornecedor	Motivos
Nada a Declarar	Nada a Declarar	Nada a Declarar

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL (Anexo V, Item III, alínea "a") – Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa

Vínculo	Exercício: 2019											
	Quantidades/Mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez e 13º
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	18	19	30	34	35	36	38	40	40	41	42	41
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente												
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14
Servidores contratados por tempo determinado	18	17	13	11	11	10	9	0	0	0	0	0
Estagiários	7	6	7	7	7	7	7	7	7	6	5	5
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
Total	61	61	69	70	72	72	73	66	66	64	65	63



QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL - VALORES (Anexo V, Item III, alínea "a") - Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa

Vínculo	EXERCÍCIO												TOTAL
	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês (55)												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	273.155,15	226.904,76	183.618,08	188.351,67	193.978,69	194.717,06	244.475,45	179.289,16	197.471,61	175.159,97	177.438,31	176.125,19	2.410.685,10
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													
Agentes Políticos com Mandato Eletivo													
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente													
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	54.651,83	51.601,87	57.955,72	56.286,52	58.936,64	58.976,27	58.681,92	65.300,53	73.255,73	58.433,07	58.014,08	59.029,80	711.123,98
Servidores contratados por tempo determinado	52.008,62	51.414,12	38.145,53	26.789,16	28.723,88	26.112,71	73.865,76	0	0	0	0	0	297.059,78
Estagiários	7.116,78	4.773,76	5.388,24	5.000,04	5.051,40	5.547,27	5.063,71	5.536,50	6.467,51	4.788,37	3.942,83	7.942,83	66.619,24
Servidores recebidos a disposição de outras Unidades Gestoras	0	591,04	591,04	0	591,04	677,80	677,80	677,80	677,80	0	429,40	0	4.913,72
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	67.475,26	15.265,98	15.255,09	15.294,14	15.294,14	15.294,14	15.285,35	15.230,99	15.867,73	14.951,18	1.801,91	1.801,91	208.817,82
Servidores recebidos a disposição de outras esferas de Governo													
Servidores cedidos para outras esferas de Governo													
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários													
Conselheiros Tutelares													
Total	454.407,64	350.551,53	300.953,70	291.721,53	302.575,79	301.325,25	398.049,99	266.034,98	293.740,38	253.332,59	241.626,53	244.899,73	3.699.219,64

b) Demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE PESSOAS EXECUTANDO TRABALHO NA UNIDADE GESTORA POR MEIO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS (Anexo V, Item III, alínea "b")

Discriminação dos Postos de Trabalho/Categorias/Funções	MÊS/QUANTIDADE												Despesa Realizada Anual (R\$)	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Total														

Obs.: Nada a declarar.




- c) Demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – Considerar a Unidade Gestora que realiza o pagamento – CONSOLIDADE ENTE (Anexo V, Item III, alínea “c”)

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Municipal ou por RPPS	Exercício:	2019
	Quantidade (Final do Exercício)	Valor Anual da Folha de Pagamento por Espécie de Benefício
Aposentadorias civis	0	0
Pensões por morte	0	0
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS)	0	0
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS)	0	0
Total	0	0

- d) Discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

REMUNERAÇÃO PAGA A MEMBROS DE DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL DA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item III, alínea “d”)

Cargo	Remuneração/Jeton	Bônus	Participação no Lucro	Exercício:	2019
				Outros	Despesa Total Anual
Conselho Deliberativo:					
Nada a Declarar	0	0	0	0	0
Diretoria:					
Nada a Declarar	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal:					
Nada a Declarar	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0





IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item IV)

Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Exercício:	
		2019	
		Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.)	Valor Anual Transferido (Pago)
Nada a Declarar	0	0	0
Total	0	0	0

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

- a) Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

CONTRATAÇÕES POR MODALIDADE - UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item V, alínea "a")

Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Exercício:	2019
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	Total Anual (A + B + C)	
Concorrência	-	-	-	-	
Tomada de Preços	91.500,00	-	-	91.500,00	
Convite	-	-	-	-	
Concurso	-	-	-	-	
Pregão Presencial	-	905.567,74	766.978,57	1.672.546,31	
Pregão Eletrônico	-	-	-	-	
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	-	59.505,11	403.880,82	463.385,93	
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	-	-	17.199,60	17.199,60	
Inexigibilidade de Licitação	-	-	305.537,14	305.537,14	
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)					
Total	91.500,00	965.072,85	1.493.596,13	2.550.168,98	





- b) Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Todos os Processos Licitatórios foram publicados no Diário Oficial dos Municípios e também no Mural Público do Samae – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme Art. 6º Item XIII da Lei nº 8.666/1993. As informações também foram disponibilizadas no site do Samae: www.samaegcr.com.br e no site transparência: <https://e-gov.betha.com.br/transparencia>, conforme Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011).

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

- a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Recomendações atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

Obs: Não houve recomendações expedidas.

- d) Recomendações pendentes:

Recomendações não atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

Obs: Não houve recomendações pendentes.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARRREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

- a) Informações do contrato e da entidade privada signatária:
- 1) Número do contrato;
 - 2) Nome e CNPJ da entidade contratada
 - 3) Endereço;
 - 4) Dirigente máximo;
 - 5) Data da celebração;
 - 6) Objeto;
 - 7) Período de vigência, indicando início e fim;





- 8) Valor global, quando for o caso (especificando a parte da contratante e da contratada);
- 9) Limite para remuneração dos dirigentes e empregados;
- 10) Composição e atuação do Conselho de Administração, especificando: órgão que representa (sociedade civil ou poder público); nome dos membros; CPF; atos de designação; período de exercício (início e fim); quantidade de reuniões do conselho no exercício; custo de participação do membro componente do Conselho de Administração nas reuniões, especificando: nome do Conselheiro; número de reuniões que o Conselheiro participou no exercício de referência do relatório de gestão (ordinárias e extraordinárias); ajuda de custo para participação nas reuniões considerando o montante pago no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício imediatamente anterior;
- b) Volume de recursos públicos repassados pela unidade jurisdicionada às entidades privadas signatárias do contrato de gestão, indicando o montante repassado a cada entidade privada por força de contrato de gestão, especificando o nome e CNPJ da entidade contratada e total dos valores repassados em cada mês do exercício;
- c) Informações sobre a prestação de contas e avaliação dos resultados da contratação:
- 1) Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício contendo: a identificação da entidade contratada (nome e CNPJ) e informações da prestação de contas (data da apresentação, período de referência – início e fim; dados da publicação no Diário Oficial; situação da análise – descrição da análise efetuada sobre as contas (aprovada, reprovada, etc.); demonstrativo dos valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão, com a identificação da entidade contratada (nome e CNPJ) especificação dos recursos financeiros, indicação dos valores pactuados global e para o exercício; valores repassados no exercício e acumulado até o exercício; repasse previsto para o exercício seguinte; meta (pactuada e realizada) e percentual de meta realizada em exercícios anteriores; indicadores de desempenho pactuados e seus resultados, especificando: a entidade contratada (nome e CNPJ); o indicador de desempenho pactuado (fórmula de cálculo, unidade de medida, periodicidade de medição); a meta do indicador para o exercício de referência; o resultado do indicador no exercício de referência do relatório e no imediatamente anterior; a meta do indicador no exercício de referência e a análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador, levando-se em conta, se for o caso, as medidas adotadas para corrigir os problemas que impediram a entidade contratada de atingir as metas previamente acordadas;
- 2) Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão contendo: identificação da entidade contratada (nome e CNPJ); avaliação dos resultados da parceria no exercício; ilegalidades e irregularidades apuradas durante o exercício; parecer da comissão de avaliação; síntese da conclusão da comissão de avaliação;
- d) Recursos da unidade jurisdicionada colocados à disposição da entidade privada signatária do contrato de gestão:
- 1) Identificação da entidade contratada (nome e CNPJ);
- 2) Relação dos servidores da unidade jurisdicionada colocados à disposição da entidade privada (nome, ato de designação, cargo que ocupava na unidade jurisdicionada, cargo que ocupa na entidade, data da cessão, com indicação de ônus ou não para a unidade jurisdicionada);
- 3) Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela unidade jurisdicionada para a entidade privada no exercício (descrição do bem, data de aquisição, valor de aquisição, ato autorizador da cessão, data da cessão, declarando se a propriedade do bem foi transferida para a entidade privada ou não);





4) Discriminação de outros recursos não financeiros colocados à disposição;

Obs: Esta Unidade Gestora não assinou e não possui Contratos de Gestão Vigentes no exercício de 2019. Nada a declarar.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

a) Identificação dos termos de parceria vigentes no exercício:

1) Dados da entidade parceira (nome e CNPJ);

2) Âmbito de atuação da entidade (art. 3º da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);

3) Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);

b) Informações sobre o termo de parceria:

1) Nº e data da celebração;

2) Forma de escolha da unidade parceira;

3) Objeto;

4) Unidade jurisdicionada parceira;

5) Período de vigência (início e fim);

6) Valor global em reais (da unidade jurisdicionada e da entidade);

c) Valores repassados em razão de termos de parceria firmados, especificando os valores mensais repassados no exercício e indicando a unidade parceira (nome e CNPJ);

d) Avaliação dos resultados obtidos com a parceria:

1) Identificação da entidade parceira (nome e CNPJ);

2) Demonstrativo dos indicadores pactuados com a entidade parceira (nome de identificação do indicador, fórmula de cálculo, unidade de medida, periodicidade de medição;

3) Aferição dos resultados do indicador (meta do exercício (pactuada, realizada, percentual de realização); percentual de realização da meta de exercícios anteriores;

4) Análise dos indicadores definidos no termo de parceria, demonstrando se os objetivos estabelecidos com a parceira foram atingidos e em que medida."

Obs: Esta Unidade Gestora não firmou Termo de Parceria no exercício de 2019. Nada a declarar.

Governador Celso Ramos, 31 de dezembro de 2019.

DANILO VALDÊNIR MARTINS
DIRETOR GERAL DO SAMAE

